



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1768/05	DATA: 9/11/2005
INÍCIO: 14h49min	TÉRMINO: 16h35min	DURAÇÃO: 01h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h46min	PÁGINAS: 43	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CELSO MELLO – Proprietário da empresa Arcos Brasil Ltda., de Aracruz, Espírito Santo  
MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA – Proprietária da empresa Horst John e Cia. Ltda.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens. Transcrição *ipsis verbis*.



**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Mendes Thame) - Declaro abertos os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Tráfico de Animais e Plantas Silvestres Brasileiros, a Exploração e o Comércio Ilegal de Madeira e a Biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 47ª reunião. Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito obrigado.

Em discussão a ata. (*Palmas.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

Esta Comissão, atendendo a requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, reúne-se hoje para ouvir o Sr. Celso Mello, proprietário da empresa Arcos Brasil Ltda., de Aracruz, Espírito Santo, e a Sra. Maria Jacy Almeida de Souza, proprietária da empresa Horst John e Cia., também de Aracruz, Espírito Santo. Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido inicialmente o Sr. Celso Mello para tomar assento à mesa, e solicito que a Sra. Jacy Almeida de Souza nos faça a gentileza de aguardar na Secretaria da CPI até o momento do seu depoimento.

Solicito que o Sr. Celso Mello preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

**O SR. CELSO MELLO** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Mendes Thame) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo à testemunha que o crime de falso testemunho está assim descrito no Código de Processo Penal: "*Fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha, art. 342.*" Para esse crime está cominada a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.



Informo inicialmente ao Sr. Celso Mello que ele tem a prerrogativa de, por até 20 minutos, caso deseje, fazer uso da palavra antes de responder as perguntas dos Deputados.

**O SR. CELSO MELLO** - Tenho um pronunciamento inicial que não vai passar de 5 ou 7 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Mendes Thame) - Por favor, à vontade.

**O SR. CELSO MELLO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, com muita satisfação comparecemos a esta CPI para prestar esclarecimento quanto às atividades da nossa empresa Arcos Brasil Ltda. Lamentavelmente, meu sócio, o Sr. Floriano Schäffer, não pôde comparecer em razão de haver sofrido um acidente vascular cerebral, encontrando-se em convalescença. Importa realçar, de início, que, nossa atividade, a produção industrial de arcos para violinos, há mais de 200 anos utiliza-se do pau-brasil, que se apresenta o material mais adequado para esse fim. Nessa época e por muitos anos, toda a produção de arcos para violinos concentrava-se no exterior, havendo portanto a exportação da madeira bruta *in natura* para esse fim. Há cerca de 30 anos, um cidadão alemão de nome Horst John veio ao Brasil para comerciar madeira, entre elas o pau-brasil, para fornecer às fábricas no exterior. Com o desenvolvimento dessa atividade verificou-se a possibilidade de produzir no Brasil os arcos, promovendo-se a exportação do produto industrializado. Da iniciativa desse cidadão alemão, nasceram empresas hoje sediadas no interior do Estado do Espírito Santo, dentre essas a Arcos Brasil Ltda., que produzem arcos de violino que são exportados para diversas partes do mundo. Os arcos de violino têm sua produção praticamente artesanal, visto que nenhum arco é idêntico ao outro. Sua produção depende, além da matéria-prima, de mão-de-obra intensivamente treinada e de controle de qualidade estrito, sob pena de perder um mercado que, até por sua natureza, é extremamente exigente e meticuloso. Postas essas considerações, merece ser detalhada para esta Comissão a forma de produção de nossa empresa. Devemos ressaltar que toda a matéria-prima utilizada pela empresa produtora de arcos de violino tem origem estritamente legal. A madeira adquirida, sem exceção, origina-se de matéria lenhosa morta certificada pelos órgãos competentes. Importa acrescentar ainda, por oportuno, que a madeira pau-brasil hoje em estoque, de propriedade da Arcos Brasil



Ltda., encontra-se submetida à fiscalização, já havendo sido liberado para produção o quantitativo de 153 metros cúbicos de madeira, confirmando-se esse como de procedência absolutamente regular. Nossa atividade adota uma correta postura ambiental, na medida em que temos preocupação com o desenvolvimento sustentável da produção de arcos para violino, utilizando para tanto madeira pau-brasil morta, na maioria das vezes obtidas de desmonte de currais e demolições de construções, entre outras fontes. Nossa atividade, além da geração de empregos diretos, no quantitativo aproximado de 45 pessoas — isso da Arcos Brasil —, postos de trabalho diretos, e aproximadamente 20 indiretos, envolve ações de inclusão social e cultural, à medida que, pelos diversos programas desenvolvidos, capacita artesãos e difunde o estudo da música, incentivando o desenvolvimento global da comunidade na qual está inserida. Estamos, portanto, à disposição da CPI para prestar quaisquer esclarecimentos que V.Exas. julgarem pertinentes. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, consulto a Deputada Thelma de Oliveira sobre se poderia nomeá-la como Relatora *ad hoc* para fazer as perguntas do Relator.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Pois não, Sr. Presidente, é uma honra. Bem, vou fazer as perguntas do nosso Relator, Deputado Zequinha Sarney. A primeira pergunta é: Sr. Celso, há quanto tempo V.Sa. é sócio da empresa Arcos Brasil Ltda.? Quem é o seu sócio? V.Sa. já trabalhou em outra empresa do ramo?

**O SR. CELSO MELLO** - O.k., vamos por partes. A Arcos Brasil nasceu em 1995, mas passamos a atuar com contrato social, com ela efetivamente registrada, a partir de 1997. Meu sócio, o Sr. Floriano Schäffer, que se encontra sob cuidados médicos, não pôde participar desta CPI, pois teve — não sei o termo técnico — um derrame cerebral.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - V.Sa. é sócio?

**O SR. CELSO MELLO** - Sócio da empresa. Fundamos a empresa desde o início. Trabalhei, sim, para outra empresa. Trabalhei 3 anos para a empresa Horst John, de 1993 a 1995.



**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Quem indicou V.Sa. para ser o representante brasileiro junto à Iniciativa Internacional para a conservação do pau-brasil, a IPCI/COMUNART, e qual é a função desse representante?

**O SR. CELSO MELLO** - A Iniciativa tem reuniões anuais que se realizam na França, por volta do mês de abril mais ou menos, final de março e começo de abril. Na época, o representante da IPCI era o Sr. Marco Raposo, que fazia esse trabalho sozinho no Brasil. Devido a motivos particulares, por estar muito cansado das muitas viagens, ele pediu para ser substituído. Então, numa dessas reuniões em que estava presente, foi-me pedido que eu substituísse o Sr. Marco Raposo porque estávamos em meados de participar de um projeto junto à CEPLAC na Bahia, e seria preciso que uma pessoa fosse até a Bahia e estudasse o projeto com calma. Então, fui convidado pelos próprios membros da Iniciativa Internacional.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - E qual seria a função de V.Sa.?

**O SR. CELSO MELLO** - Seria justamente acompanhar o desenvolvimento do projeto da CEPLAC no Brasil, participar das reuniões, da elaboração. O projeto tem uma parte que é financiada. Não temos um embasamento técnico na área biológica para saber onde colocar o dinheiro, qual pesquisa é prioritária. Eu fazia parte desse grupo que iria estudar o que é prioritário. Vamos estudar fenologia? Vamos estudar inventário? O que é principal? Nesse grupo, fizemos diversas reuniões junto com os biólogos e engenheiros florestais da CEPLAC para decidirmos o que seria mais importante no primeiro ano do trabalho do projeto.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Na condição de empresário e representante brasileiro junto à IPCI, V.Sa. tem pleno conhecimento da legislação que proíbe a extração e a comercialização do pau-brasil?

**O SR. CELSO MELLO** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - V.Sa. poderia fazer uma explanação sobre esse conhecimento que tem? O que V.Sa. conhece sobre isso?

**O SR. CELSO MELLO** - No ano de 2001, nós, as 4 empresas do Espírito Santo, deparamo-nos com uma propaganda numa revista de um americano que dizia que vendia madeira pau-brasil nos Estados Unidos com autorização do IBAMA. Então, nós, as 4 empresas do Espírito Santo, viemos até o IBAMA em Brasília, ao



Departamento de Florestas, questionar se aquilo era verdade, numa reunião com o Sr. Paulo Fontes, à época o representante da USAID no Brasil, que nos fez um ofício listando toda a legislação e informando que desde 1998 é proibida a exploração do pau-brasil *in natura*, bem como a extração e a utilização da madeira verde. Então, tomamos conhecimento naquele momento, por meio de um documento oficial do IBAMA, o qual levamos aos Estados Unidos para confrontar esse americano, numa reunião que lá tivemos, inclusive com membros da IPCI. Como ele dizia que a madeira dele era legal, nós levamos o documento do IBAMA para confrontá-lo e dizer que o IBAMA dizia que aquilo que não era verdade.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - E o que aconteceu?

**O SR. CELSO MELLO** - Aconteceu que os membros da IPCI pediram que ele viesse até o IBAMA esclarecer isso. Ele se dispôs a vir ao IBAMA prestar esclarecimentos. Nós trouxemos o nome dele até o IBAMA, e foi incluído o nome dele na primeira CPI.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Em fax enviado a esta CPI, assinado pelos presidentes internacionais da IPCI, a entidade afirma ter parcerias com diversas instituições brasileiras, entre elas o IBAMA. V.Sa. tem algum documento que comprove essa parceria?

**O SR. CELSO MELLO** - Não tenho aqui comigo esse documento. Seria o projeto da CEPLAC, em que o IBAMA, o Departamento de Florestas, participa do conselho gestor do projeto CEPLAC.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - V.Sa. poderia encaminhar-nos esse documento que diz ter?

**O SR. CELSO MELLO** - Eu teria de pedir à CEPLAC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Solicito ao Deputado Josué Bengtson que assuma a Presidência para que eu me dirija ao Conselho de Ética para uma votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - A Deputada Thelma de Oliveira solicitou um documento. Vamos dar um prazo para V.Sa. encaminhá-lo a nós. É possível encaminhar-nos em uma semana?

**O SR. CELSO MELLO** - Vou tentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Está ótimo.



**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Houve uma falha da minha parte, Sr. Celso, desculpe-me. Eu queria perguntar qual era o nome desse empresário americano a que V.Sa. se referiu.

**O SR. CELSO MELLO** - Alfred Raubitschek. Não sei pronunciar o nome dele direito.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Alfred...?

**O SR. CELSO MELLO** - Alfred Riaubitschek ou Raubitschek, uma coisa assim.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - V.Sa. poderia, então, depois confirmar para nós direitinho o nome dele?

**O SR. CELSO MELLO** - Ele está listado nos depoimentos.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Ele está listado?

**O SR. CELSO MELLO** - Sim. Está nos autos.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Então, está certo. V.Sa. tem conhecimento sobre se que a empresa norte-americana Exotic Wood Savage, que tem como sócio o Sr. Alfred Raubitschek — também não sei pronunciar o nome —, já foi interpelada em algum fórum internacional? É verdade que a atuação do Sr. Alfred foi denunciada inicialmente por V.Sa.? Em caso afirmativo, por que foi feita essa denúncia? V.Sa. saberia da situação atual dessa empresa? Algumas perguntas V.Sa. já respondeu, mas gostaríamos...

**O SR. CELSO MELLO** - Sim. Não conheço a empresa. Não sei se ele tem participação nessa empresa. Eu confrontei a pessoa dele. Nós entregamos um documento do IBAMA, um ofício com papel timbrado do IBAMA, para os membros da IPCI nos Estados Unidos, que estavam ali justamente porque é uma organização americana. Então, eles queriam saber se essa pessoa, Alfred Raubitschek, estava dizendo a verdade ou não. Então, nós trouxemos o ofício do IBAMA. Esse foi o fórum de que nós participamos. Foi numa feira da Associação Americana de Violinos. Foi numa feira que nós fizemos essa reunião, em que ele estava presente.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - E hoje V.Sa. não sabe da atual situação da empresa?

**O SR. CELSO MELLO** - Não tenho conhecimento.



**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Não sabe nem o que aconteceu depois que V.Sa. fez a denúncia? Que providências que o IBAMA tomou, se tomou realmente alguma providência ou não?

**O SR. CELSO MELLO** - Não. A única coisa que eu sei foi o resultado da primeira CPI, e ele foi um dos depoentes lá na CPI.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Esta CPI tem informação de que o Sr. Pierre Guillaume — não sei se a pronúncia está correta — é o principal abastecedor do mercado chinês e investidor das empresas de archetaria no Brasil, comprando toda a produção de fundo de quintal no povoado de Guaraná e região. O que V.Sa. tem a declarar sobre isso? É verdade que ele também é sócio informal e investidor financeiro da empresa de V.Sa.?

**O SR. CELSO MELLO** - Não. Sr. Pierre... É Guillaume.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Guillaume?

**O SR. CELSO MELLO** - Guillaume, a pronúncia correta do nome dele.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Obrigada.

**O SR. CELSO MELLO** - Bom, ele não é um sócio da Arcos Brasil, ele é um concorrente da Arcos Brasil. Ele é um amigo meu, pessoal, eu o conheço há muitos anos. Conheço-o desde a época em que eu trabalhava na empresa Horst John. A primeira vez em que o vi foi numa visita que ele fez à empresa Horst John. Ele não tem participação alguma na Arcos Brasil. Eu mandei 2 funcionários meus para serem treinados na Bélgica por ele. Só para fazer um paralelo, mais ou menos, para V.Exas. entenderem, Pierre Guillaume é para a archetaria mundial o que Ronaldinho é para o futebol. É uma pessoa muito capacitada tecnicamente. Ele foi um dos últimos a sair da escola de Mirecourt, na França, que tem um conhecimento. A archetaria da França é famosa mundialmente. Os melhores arcos do mundo são os arcos franceses, e ele tem esse conhecimento. E eu mandei 2 funcionários meus para serem treinados, sendo um deles o filho do meu sócio, que hoje é um artesão, para que nós pudéssemos elevar o nosso nível de arcos aqui no Brasil. E ele, com o maior prazer, aceitou e treinou essas pessoas lá. Hoje, a Arcos Brasil produz arcos de excelência, sendo utilizados pelos músicos famosos no mundo, graças a uma ajuda dessa pessoa. Ele tem uma empresa na região de Guaraná, onde ele tem um CPF brasileiro, ele tem uma empresa formada, registrada, com patrimônio



declarado. E, pelo conhecimento que tive desta CPI, da última reunião que houve aqui, em que eu fiquei, até me considero um pouco chocado com o que foi me passado da pessoa dele. E eu entrei em contato com ele e falei: *“Olhe, está-se levantando a questão de que você é o maior contrabandista de madeira.”* Ele disse: *“Olhe, Celso, eu compro madeira do Brasil desde 1972, quando nem existia o IBAMA. Eu tenho as notas fiscais disso.”* Então, eu acho que valeria a pena a Comissão dar a oportunidade para o Sr. Pierre de vir até aqui e trazer esses documentos, para que ele possa esclarecer isso.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - A Empresa Arcos Brasil Ltda. é membro da Associação Brasileira de Archetários — ABA?

**O SR. CELSO MELLO** - Não. Já fomos, mas hoje não somos mais.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - E por quê?

**O SR. CELSO MELLO** - Divergência de idéias e pouco recurso nosso para poder fazermos alguma coisa de impacto realmente. Cada um tinha seu projeto, cada empresa tinha o seu projeto direcionado para uma direção. Divergências ideológicas.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Pouco recurso para fazer...? Eu não consegui entender, V.Sa. desculpe-me. Pouco recurso para fazer projeto?

**O SR. CELSO MELLO** - Projetos de grande impacto, como esse da CEPLAC, por exemplo. Nós teríamos de captar um recurso muito alto, de que nós não temos disponibilidade. Então, achamos melhor que cada um ficasse com o seu projeto original. Por exemplo, a minha empresa já tem um, na parte ambiental. Nós replantamos pau-brasil. Nós temos uma propriedade com 5 alqueires, onde nós temos, nessa propriedade, mais de 15 mil árvores de pau-brasil já plantadas, algumas delas com 5 anos de idade, já com 5 ou 6 metros de altura. Fazemos um trabalho de parceria com diversos... Gostaria de deixar com a Comissão algumas cartas de agradecimento dessas parcerias, que são a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria de Educação, a Aracruz Celulose, que já pegou mais de 50 mil mudas com a gente. Temos com o Banco do Brasil, com que fizemos um trabalho no Dia dos Namorados — tinha uma pessoa tocando violino dentro do banco, então qualquer pessoa que fosse fazer um depósito ouvia a pessoa tocando violino e saía com uma muda de pau-brasil —, para fazer educação ambiental da população de



Aracruz. Então, nós temos aqui diversas cartas de agradecimento de parcerias e projetos pequenos que fizemos nesse sentido, que gostaria de colocar disponível.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Mas eu não entendi; quer dizer que para V.Sa. fazer parte dessa entidade existe um critério, em termos de projetos? Como é isso?

**O SR. CELSO MELLO** - Não, não. Há divergências de idéias.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Que divergências de idéias, então?

**O SR. CELSO MELLO** - Um queria na parte ambiental, outro queria na parte de educação, ou de música, e então isso ... *“Olhe, não podemos fazer, temos de fazer um de som”*. Então, na hora da escolha, fica difícil você realmente... Eu falei: *“Olhe, eu prefiro continuar com meu projeto”*. E resolvi sair e continuar com meu projeto.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Não havia divergência política?

**O SR. CELSO MELLO** - Não, não acredito.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Nem ideológica? Era só de idéias?

**O SR. CELSO MELLO** - Sim, sim.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Nos arquivos da Arcos Brasil não foram encontradas guias de exportação do pau-brasil. Como V.Sa. explica isso?

**O SR. CELSO MELLO** - Desculpe, não entendi.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Nos arquivos da Arcos Brasil, segundo a denúncia que a CPI tem, não foram encontradas guias de exportação de pau-brasil.

**O SR. CELSO MELLO** - Sim, nós não exportamos pau-brasil. Nós exportamos arcos de violino.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - V.Sa. não exporta pau-brasil?

**O SR. CELSO MELLO** - Não. Madeira, não.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Madeira não?

**O SR. CELSO MELLO** - Só o arco pronto.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Só o arco pronto?



**O SR. CELSO MELLO** - O produto acabado.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Certo. E aqui V.Sa. disse, e eu gostaria que confirmasse, que então a Arcos Brasil, se for o caso, só utiliza o pau-brasil oriundo de demolição?

**O SR. CELSO MELLO** - De madeira morta também, árvore morta. Então, acho que se faz necessário aqui esclarecer como é esse processo. O madeireiro tem uma pessoa que fica andando na mata e procurando cerca que é feita de madeira nobre, curral, madeira morta que está tombada na mata. Então, quando ele encontra isso, ele vai até o madeireiro e fala: "*Olhe, encontrei.*" O madeireiro traz o IBAMA, que faz um laudo técnico. Eles vêm, tiram uma posição de GPS daquilo, tiram foto e fazem um laudo daquilo. Aí ele pode requerer uma ATPF, que é uma Autorização de Transporte de Produto Florestal para levar aquilo para o seu galpão. Aquilo ele beneficia, corta do tamanho que achar conveniente e vai contatar as empresas que querem fazer isso. Então, no caso, nós somos contatados; vamos lá, olhamos a qualidade da madeira; tem documentação? Tem documentação, ótimo. Então, nós compramos a madeira, fazemos a negociação. Ele traz essa madeira para a gente; passa na fronteira da Bahia, é carimbada a nota; passa na fronteira do Espírito Santo, é carimbada a nota; isso entra no meu estoque, e eu tenho de pegar essa ATPF e devolvê-la para o IBAMA de Vitória, porque daí o IBAMA fica sabendo: saiu do ponto "a", que é a fazenda, foi para o ponto "b", que é o madeireiro, e agora está no ponto "c", que é a Arcos Brasil. Então, o que eu tenho aqui também, porque eu trouxe para a Comissão e eu gostaria de deixar aqui, são as ATPFs, que eu devolvi ao IBAMA, dos 153 metros de madeira que eu mencionei no meu pronunciamento inicial. Esses são os documentos que eu protocolei junto ao IBAMA, a quem foram entregues as ATPFs.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Certo. Aqui há uma pergunta feita por uma pessoa que está assistindo aqui: como V.Sa. explica que todo o seu estoque foi comprado junto à empresa Brasil... Brasil o quê?

**O SR. CELSO MELLO** - Imperial.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Imperial, de Luiz Gonzaga Batista, num total de 178 toneladas em 2002, mais 17 toneladas em 2004?



**O SR. CELSO MELLO** - Sim, eu comprei dele. Ele tem as notas fiscais, ele tem a ATPF, ele tem o preço bom, a qualidade de que eu preciso da madeira; não vejo por que ir buscar com outra pessoa. É uma decisão comercial.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Certo. Sr. Presidente, essas são as perguntas do Relator. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Apenas a título de explicação para a imprensa, para os Deputados aqui e para o Sr. Celso, já há requerimento aprovado aqui nesta Casa de convocação dos Srs. Pierre e Alfredo, e até a presente data a CPI não conseguiu localizá-los. Um deles alegou estar na Bélgica, o outro simplesmente a Comissão não conseguiu localizar, mas os 2 já estão convocados para prestar esclarecimentos a esta CPI.

O Deputado Marcos tem alguma pergunta? (*Pausa.*)

Então, representando aqui o Presidente, que deixou suas perguntas por escrito, eu dirijo-me ao Sr. Celso de Melo para fazer essas perguntas pelo Presidente.

Esta CPI tem conhecimento de todo o material produzido por empresas archetárias e de que todo esse material é exportado mediante a utilização do serviço Exporta Fácil dos Correios. V.Sa. poderia explicar como isso é feito? O conteúdo é vistoriado pelos Correios, ou é aceita apenas a declaração do exportador? O material tem de ser acompanhado de algum documento fiscal?

**O SR. CELSO MELLO** - A Arcos Brasil se utilizou do Exporta Fácil no início da empresa. É exigido o documento fiscal, a nota fiscal da empresa, e se eles abrem o pacote ou se eles o passam por um raio X eu não sei, porque eles levam o pacote para a sala de trás do Correio, aonde nós não temos acesso. Mas hoje a Arcos Brasil não utiliza... Já há alguns anos a Arcos Brasil não utiliza o Exporta Fácil, porque fazemos uma exportação formal. Ou seja, a Arcos Brasil se utiliza de um benefício da legislação que se chama *drawback*. Nós importamos parte do arco, que é um produto que não é feito no Brasil, e nós utilizamos o sistema *drawback* para fazer a importação desse produto. Então, nós não pagamos o Imposto de Importação, mediante o fato de que temos de exportar o nosso produto. Então, esse produto importado passa a estar em trânsito no Brasil. Então, não se faz a necessidade de se cobrar imposto. Então, hoje nós fazemos uma exportação formal.



E a nossa exportação formal... Tanto a importação é aberta pela Receita Federal, e verificados todos os componentes, quanto a exportação também é aberta e verificada. Já tem alguns anos que nós fazemos isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - No final da...

**O SR. CELSO MELLO** - Desculpe. É fechado com câmbio, com o Banco Central, tanto o câmbio quanto o *drawback*. Tenho de informar ao Banco Central que fechei aquele *drawback* e estou abrindo outro. Eu tenho 6 meses para produzir e exportar aquela quantidade de arco daquela importação que eu fiz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - No final das perguntas da Deputada Thelma ficou uma dúvida, e pergunto: V.Sa. poderia encaminhar — é um pedido da CPI — a esta CPI a documentação do IBAMA, laudos de vistoria que possam comprovar a origem da madeira, conforme a pergunta que foi feita pela Deputada Thelma?

**O SR. CELSO MELLO** - Esse documento já foi todo entregue, com a ATPF. Eu tenho os laudos, o protocolo da ATPF, mas posso tentar ver se tenho alguma cópia desses laudos lá com a gente, remanescente, alguma cópia nos arquivos lá. Mas isso é tudo entregue ao IBAMA de Vitória, que registra a madeira. O que eu tenho aqui, que eu gostaria de deixar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Então, nós pediríamos a V.Sa., dentro de...

**O SR. CELSO MELLO** - Eu gostaria de deixar é o *site*, porque o IBAMA... Todo ano sou obrigado a declarar o quanto eu consumi de madeira. Então, minha madeira é toda registrada no IBAMA, e todo ano eu tenho de dizer: "*Olhe, eu utilizei tantos metros cúbicos de madeira*". Então, está aqui a última que a gente fez, que foi feita no dia 14/10/2005 e que é referente ao ano de 2004. É mais ou menos como Imposto de Renda, você sempre faz no ano seguinte ao em que você utilizou. Então, aqui V.Exa. pode observar que estão constando 153 metros cúbicos de madeira, e a serem recebidos no ano de 2004 17 metros cúbicos de madeira. Isso é do próprio *site* do IBAMA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - E desse outro nós solicitamos a V.Sa. o encaminhamento dentro do período de 7 a 10 dias, se for possível.



**O SR. CELSO MELLO** - Está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Esta CPI entende que, pela forma como são exportados os produtos oriundos do pau-brasil, existe evasão total de divisas. O que V.Sa. considera que seria legal e ilegal no ciclo completo do pau-brasil, desde a sua extração até a exportação? Qual seria a solução para acabar com a evasão fiscal, segundo o seu ponto de vista?

**O SR. CELSO MELLO** - Bom, acho que já temos leis muito rigorosas que controlam. A fiscalização é um processo difícil. O Brasil é um país de dimensões continentais. O Brasil não é um país pequeno. É muito difícil de se fazer uma fiscalização efetiva no País. Existem vários dispositivos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Para melhorar o raciocínio, o Brasil é um país continental, mas o pau-brasil praticamente está restrito a uma pequena região.

**O SR. CELSO MELLO** - Da Mata Atlântica, que vem do Rio Grande do Norte até... existem indícios até Ilha Bela, em São Paulo, mas não é comprovado. Até o Rio de Janeiro já é comprovado. O pau-brasil... não só o pau-brasil como a Mata Atlântica toda vêm sofrendo um processo de degradação, não por exploração da madeira em si, mas porque o produtor rural precisa expandir a sua área. Ele precisa de mais pasto, ele precisa de mais área. Temos no Espírito Santo muita plantação de eucalipto, no sul da Bahia muita plantação de eucalipto, e nas áreas remanescentes da Mata Atlântica não só o pau-brasil mas o jacarandá e outras espécies exóticas vêm sofrendo com essa redução. No Nordeste, por exemplo, na época do projeto Proálcool, a única coisa que sobrou da Mata Atlântica são os cucurucos dos morros, que sobraram de remanescente. O resto foi tudo plantado com cana-de-açúcar. Então, o produtor rural, ele precisa ter uma política mais clara para que possa, junto com o projeto de utilização sustentável... Ou seja, ele vai plantar. O produtor normalmente acaba deixando a sua propriedade para os seus filhos, para os seus netos. Então, se ele puder plantar uma árvore hoje e seu filho vai colher depois de 30 anos, por exemplo, e vai ter um benefício, um uso sustentável que se possa fazer com aquilo, acredito que colaboraria com o processo. Existem outros dispositivo, como os órgãos internacionais. Os *sites*, por exemplo, que... Existem 3 *Appendix*, os *Appendix* I, II e III, sendo que o *Appendix* III,



na minha opinião, seria uma coisa que beneficiaria as empresas no Brasil. Por exemplo, os Estados Unidos são um país que assina com os *sites*, e se tiver uma resolução no Anexo III ele não vai aceitar produtos originários do pau-brasil que não sejam autorizados pelos *sites* do País, que no caso nosso aqui é o IBAMA. Quer dizer, para eu exportar um arco de violino eu teria de ter uma autorização do IBAMA. Isso para mim me ajudaria muito, porque as pessoas que trabalham com a madeira não regulamentada, as pessoas que estão na informalidade teriam muito mais dificuldades para exportar o produto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - V.Sa. entende que a empresa Arcos Raposo Ltda. detém algum tipo de tratamento privilegiado junto ao IBAMA para a exportação do pau-brasil? Se V.Sa. entender isso, por favor nos explique.

**O SR. CELSO MELLO** - Não tenho muita intimidade com o desenvolvimento das atividades da empresa Marco Raposo. Não sei se eles vêm a Brasília, quantas vezes vieram, se vêm ou... não sei. Eu acredito que a ....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - V.Sa. não acha que eles têm algum privilégio?

**O SR. CELSO MELLO** - Não tenho informação. Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Em 2002, pela primeira vez o IBAMA passou a combater o contrabando de pau-brasil. À época, as informações eram de que saíam do País a cada ano cerca de 1.200 metros cúbicos da madeira originários da Mata Atlântica para o exterior. V.Sa., que conhece os mercados nacional e internacional, poderia informar-nos qual o consumo anual interno e externo do pau-brasil?

**O SR. CELSO MELLO** - Não tenho essa informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Nem aproximada?

**O SR. CELSO MELLO** - Nem aproximada. Seria um cálculo realmente difícil de se fazer. Teríamos de consultar... Existe um movimento da IPCI para levantar essas informações junto aos arquetários mundiais. Poderia responder pela minha empresa, pelo que eu declaro todo ano. Minha empresa consome 3,5, 4,0, às vezes, 4,5, dependendo se a madeira tem muita trinca ou não tem, porque uma coisa que eu gostaria de esclarecer também é que para se fazer um arco de violino a madeira



tem que estar muito velha. Ela tem que estar totalmente seca. Madeira verde não funciona para arte de violino. É por isso que nós trabalhamos com madeira de curral, de cerca, madeira que já está morta na mata há 20, 30, anos, porque nós temos que cortar essa madeira, desfiá-la em réguas e varetas, e ainda mesmo assim aguardar aproximadamente 2 anos para a utilização dessa madeira. Eu posso dizer com relação à minha empresa, que tem um consumo aproximado, por ano, de 4 metros cúbicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - V.Sa. mencionou que a inclusão do pau-brasil no Anexo III dos *sites* seria boa. Para V.Sa., quem são ou quais são as empresas ou pessoas físicas que trabalham com o pau-brasil legal, e quais trabalham na ilegalidade ou com madeira ilegal?

**O SR. CELSO MELLO** - Olhe, eu acredito que todas as empresas do Espírito Santo que já foram fiscalizadas pelo IBAMA trabalham com madeira legal, porque senão elas teriam fechado as portas, já. Se não tiver madeira legal, o IBAMA não deixa trabalhar. Ele vai lá e fecha mesmo. Então, eu acredito que as empresas que estão registradas, que têm CNPJ, com patrimônio declarado, uma empresa realmente constituída, essa empresa realmente tem a sua madeira legal. Agora, existem alguns artesãos que trabalham em fundo de quintal, fazendo isso, e realmente eu não tenho conhecimento de onde elas estão, quem são. Não tenho. Eu gostaria de deixar claro para a CPI que eu entro na minha empresa às 7h da manhã e saio às 6h da tarde. É muito difícil eu saber o que acontece do lado de fora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Como empresário do ramo archetário, e tendo a empresa de V.Sa. sido citada no relatório anterior da CPI do Tráfico, V.Sa. teve conhecimento desse relatório? Qual é a opinião de V.Sa. acerca do apontado contrabando de pau-brasil, conforme as apreensões efetuadas pelo IBAMA?

**O SR. CELSO MELLO** - Eu tomei conhecimento, sim, não faz muito tempo. Há coisa de 2 semanas eu tomei conhecimento do resultado da CPI, da primeira CPI, e acho muito triste, porque uma madeira tão nobre, uma madeira que é utilizada para um fim tão nobre. São músicos. Não sei, aqui, se os senhores tiveram a oportunidade de ver a Filarmônica de Brasília tocando. Às terças-feiras ela toca de graça no Teatro Nacional. É realmente fantástico ver uma orquestra tocando. E



saber que existem pessoas que levam esse material para fora de uma forma que não condiz com a regulamentação que é exigida pelo nosso País...

**O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON** - Mas V.Sa. tomou conhecimento de que a sua empresa foi citada no relatório da CPI?

**O SR. CELSO MELLO** - Sim, tomei conhecimento.

**O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON** - A CPI anterior indicou que a Arcos Brasil Ltda. deveria ser investigada pelo Ministério Público por suspeita de atuação irregular no armazenamento e na comercialização de pau-brasil. Essa investigação ocorreu? Em caso afirmativo, foi instaurado algum processo?

**O SR. CELSO MELLO** - Ela ocorreu, sim, e foi instaurado um processo, sim. Eu gostaria de deixar inclusive com a CPI o resultado já do Ministério Público desse processo. Na época em que foi instaurado esse processo, o IBAMA veio e levantou a irregularidade na documentação da madeira. Eu gostaria de explicar como é que isso funciona, mais uma vez. A madeira tem que sair do ponto "a", que é a fazenda onde ela foi encontrada, no curral, ou na mata, onde seja, tem que sair para o ponto "b" com uma ATPF, depois o madeireiro tem de pegar uma outra ATPF e trazer para mim. Então, o IBAMA vai saber que ela saiu do ponto "a", foi para o ponto "b", e do ponto "b" ela veio para o ponto "c", que sou eu, e eu entrego essa ATPF no IBAMA de Vitória. Então, se ela vai cruzar um Estado, essa nota tem que ter o carimbo das duas fronteiras do Estado, e a gente devolve essa ATPF. Na época, o Sr. Luís Gonzaga Batista não tinha a empresa constituída. Então, o que ele fez? Ele pulou uma etapa. Ele pegou a ATPF no IBAMA com o laudo, e veio no caminhão, trazendo. Então, ele passou na fronteira e disse: *"Olhe, essa madeira é minha."* O fiscal olhou e falou: *"Está certo, está o seu nome aqui"*, e carimbou a nota fiscal dele. Eu tenho a nota do Governo do Estado da Bahia, porque na época ele não tinha a empresa constituída. Ele estava trazendo como pessoa física. Então, tem o carimbo da fronteira da Bahia, da fronteira do Espírito Santo. Ele trouxe a madeira para mim. Eu falei: *"Está a ATPF aqui, está correto."* Quando o fiscal do IBAMA veio, ele falou: *"Não, isso aqui não procede."* Mas a madeira — esse é um ponto muito importante, que precisa ficar muito claro aqui —, a madeira é legal, ela não é uma madeira verde. Eu tenho essa madeira. Eu sou fiel depositário dessa madeira, inclusive desses 50 metros que foram vinculados no processo, o parecer do Ministério



Público, a decisão do Ministério Público, com o parecer do IBAMA me devolvendo 17 metros, sendo 33 só que estariam irregulares, no papel. Mas eu tenho essa madeira lá, porque eu sou fiel depositário dela. E eu gostaria de deixar à disposição desta CPI, para catar uma amostra dessa madeira e levar ao laboratório do IBAMA. Eles vão ver que essa madeira tem mais de 30 anos. O IBAMA nem existia quando essa madeira já estava tombada na mata. Pode-se fazer qualquer exame técnico nela. A madeira em si, e isso é que precisa ficar claro, a legalidade, o que é o legal e o que é ilegal, a madeira, ela está correta. Ela é uma madeira morta, uma lenha desvitalizada, com laudo; porém, ela... houve um erro administrativo do rapaz, que trouxe a ATPF com ele no caminhão e falou: *“Não, a madeira é minha, eu estou entregando lá.”* Depois, o Governo da Bahia disse ao Sr. Luís Gonzaga Batista: *“Olhe, não posso mais dar nota fiscal. O senhor tem que constituir uma empresa.”* Foi quando ele constituiu a Brasil Imperial, e nós passamos então a comprar a madeira da Brasil Imperial, e ele começou a fazer então o processo correto: pega a ATPF do ponto “a” até o ponto “b”; depois ele pega outra ATPF do ponto “b” até nós, que somos o ponto “c”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - O analista ambiental Helvio Luiz Côvre, lotado na GEREX II, do IBAMA de Eunápolis, Bahia, elaborou laudos de vistoria para o Sr. Nei Carlos Guimarães de Oliveira, tendo sido ambos indicados pela CPI do Tráfico para serem investigados pelo Ministério Público. No mesmo período, o Sr. Helvio elaborou vários laudos para o Sr. Luís Gonzaga Batista, proprietário da empresa Brasil Imperial, principal fornecedor da Arcos Brasil Ltda. e também indicado pela CPI para ser investigado pelo Ministério Público, em 2004. V.Sa. comprou 16 toneladas de pau-brasil do mesmo fornecedor. V.Sa. confirma essa transação? Em caso afirmativo, qual é a razão da aquisição, uma vez que a empresa de V.Sa. tinha 178 toneladas estocadas, que, segundo o sócio de V.Sa., Floriano Shaeffer, seriam suficientes para trabalharem durante 10 anos? V.Sa. sabia que a Brasil Imperial era apenas uma empresa de fachada, segundo consta nesta CPI?

**O SR. CELSO MELLO** - Bom, vamos por parte. Eu gostaria de esclarecer que a madeira não é vendida em toneladas. A unidade com que o IBAMA monta suas ATPFs e a sua documentação é o metro cúbico. Não é tonelada. Mesmo porque não



temos o peso específico do pau-brasil para poder calcular. Se uma pessoa olhar uma pilha de pau-brasil e quiser saber quantas toneladas, ela precisaria saber o peso específico da madeira. Segundo, da constituição da empresa Brasil Imperial, eu nunca pedi que o Sr. Luís Gonzaga Batista me mostrasse o seu contrato social, o seu CNPJ. Eu simplesmente cato uma nota fiscal que passa... Ele me entrega isso no Espírito Santo. Eu nem à Bahia vou. Ele entrega isso na minha empresa. Então, ele passa pela fronteira do Estado da Bahia, pela fronteira do Estado do Espírito Santo e me entrega essa madeira lá em Guaraná. Então, eu não tenho como saber se a empresa dele é de fachada, se a empresa é constituída, se não é. Por o Sr. Luís Gonzaga Batista estar situado na região de Eunápolis, ele é obrigado a se reportar ao IBAMA de Eunápolis. Ele não pode ir ao IBAMA de Salvador, por exemplo, ou ao IBAMA de Ilhéus. Ele tem de se reportar ao IBAMA de Eunápolis. Então, eu não sei qual é o procedimento administrativo do IBAMA, quem prepara a documentação, quem faz a documentação. Eu nunca estive no IBAMA de Eunápolis. As únicas pessoas que eu conheço do IBAMA é o pessoal daqui de Floresta, de Brasília, pois a gente tem um trabalho com eles, através do projeto da CEPLAC, e o pessoal da fiscalização que foi lá à minha empresa, em 2002 ou 2003, que são Sebastião, lá de Vitória, e Elias, que foi daqui de Brasília, da fiscalização de Brasília. São as únicas pessoas do IBAMA que eu conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - O Sr. Marcos Antônio Valadão da Silva, proprietário da Fazenda São José, em Mascote, Bahia, é o principal fornecedor de pau-brasil para a empresa Brasil Imperial. Chegou a vender em 2001, de uma só vez, 80 toneladas, sem a Declaração de Venda de Produto Florestal — DVPF, apenas com uma simples autorização do IBAMA para o fornecimento de Autorização de Transporte de Produto Florestal — ATPF. V.Sa. conhece o Sr. Valadão? Entende que se trata de uma transação legal ou ilegal?

**O SR. CELSO MELLO** - Não conheço o Sr. Valadão. Não sei nem onde fica a propriedade dele. Não sei se se trata de uma operação legal ou ilegal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - V.Sa. conhece as seguintes empresas físicas ou jurídicas como usuárias legais de pau-brasil — e em caso afirmativo, que informações tem sobre elas? Eu vou ler o nome de cada uma e



V.Sa. apenas diz se conhece ou não: Comercial Rofri Ltda. EPP, de Guaraná, Espírito Santo.

**O SR. CELSO MELLO** - Desculpe, como é o nome?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Comercial Rofri Ltda.

**O SR. CELSO MELLO** - Não, não conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Brasil Imperial Comércio de Madeiras, de Eunápolis — essa V.Sa. conhece.

**O SR. CELSO MELLO** - Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Serraria Luferpero de Guaraná, Espírito Santo.

**O SR. CELSO MELLO** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - LFP Rochemback, de Guaraná, Espírito Santo.

**O SR. CELSO MELLO** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Paulo Soares Busatto, de Jacupemba, Espírito Santo.

**O SR. CELSO MELLO** - É um concorrente da Arcos Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Tarcísio Frigini, de Guaraná, Espírito Santo.

**O SR. CELSO MELLO** - Guaraná é uma cidade que tem 5 mil habitantes. Eu conheço Tarcísio, sim, mas não sei das suas atividades.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Carlos Alberto Borlini, também de Guaraná, Espírito Santo.

**O SR. CELSO MELLO** - Conheço. É o dono do único posto de gasolina que temos em Guaraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Pierre... Esse V.Sa. já mencionou: Pierre Archetier.

**O SR. CELSO MELLO** - Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Claudiano Lozer, também de Guaraná?

**O SR. CELSO MELLO** - Claudiano? Conheço, conheço.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Archets Brasil Instrumentos Musicais Ltda.

**O SR. CELSO MELLO** - É a empresa de Pierre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - V.Sa. tem algum comentário a fazer sobre alguma dessas empresas?

**O SR. CELSO MELLO** - Não, simplesmente a de Pierre, porque, por conhecê-lo pessoalmente, sei que a empresa é constituída, tem CNPJ, tem contrato social, e ele tem ATPF da madeira dele lá. Cabe a ele vir a esta Comissão e justificar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Vou fazer uma pergunta que nos chegou aqui e que acho bastante oportuna: V.Sa. não acha estranho que todo o pau-brasil utilizado pelas empresas archetárias provenham de madeira desvitalizada ou oriunda de demolição? Haveria material suficiente para toda essa demanda? Em quais fazendas é feita essa coleta de madeira? Aqui, aproveito para pegar uma carona nessa pergunta e abordar o caso do Pará. Houve um período no Pará em que se permitia a utilização das castanheiras chamadas mortas, desvitalizadas, e juntamente com aquelas castanheiras chamadas mortas acabaram-se os castanhais do sul do Pará totalmente. Hoje, raramente se encontra um, e aquela era uma região totalmente... Até era... chamava-se a região dos castanhais, o polígono dos castanhais. V.Sa. não acha que está tendo madeira desvitalizada demais para trabalhar tanto tempo? Será que nesse meio não tem ninguém... Excluo V.Sa., mas nenhum grupo está trabalhando com madeira verde, com madeira não desvitalizada? Existem tantos currais sendo demolidos, tantas coisas sendo desmanchadas que dê para ter tantos e tantos metros cúbicos de madeira de pau-brasil?

**O SR. CELSO MELLO** - Mais uma vez, não sei. Eu desconheço as atividades que estejam fora da Arcos Brasil. Entro na minha empresa às 7h da manhã e saio às 6h da tarde, 5 dias por semana. Uma coisa que acontece, que eu gostaria de esclarecer aqui é que a madeira verde não serve para arcos e violinos. Se alguém tiver essa madeira vai ter de esperar a madeira secar. Por isso, eu coloco à disposição todo o estoque da Arcos Brasil. Se quiserem ir lá tirar amostras, para saber há quantos anos — e os laboratórios têm condições de afirmar isso —, para



saber há quantos anos a madeira está morta, podem ir lá, pegar amostras, levar para o laboratório, à vontade, e vão confirmar a legalidade disso. Eu tenho madeira lá que é mais antiga que o IBAMA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - V.Sa. tem então os laudos de vistoria do IBAMA?

**O SR. CELSO MELLO** - Alguns eu tenho. Não tenho todos, e eu gostaria até de deixar um aqui com a CPI. Esse lote, por exemplo, de 10 metros cúbicos, é uma nota do IBAMA, do Governo do Estado do Espírito Santo, de um leilão. Eu comprei essa madeira de um leilão do IBAMA. Então, isso não tem ATPF. Essa é uma madeira de leilão, e existe uma legislação que diz que madeira de leilão não precisa ter ATPF. Foi comprada do próprio IBAMA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Mas o laudo de vistoria das madeiras que V.Sa....

**O SR. CELSO MELLO** - Então, essa madeira não tem laudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Tudo bem. Mas das que V.Sa. tem utilizado normalmente, compradas lá Bahia, V.Sa. tem os laudos.

**O SR. CELSO MELLO** - De algumas eu tenho, de algumas eu tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - É essa que nós estamos pedindo para V.Sa. encaminhar, certo?

**O SR. CELSO MELLO** - Está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Muito bem. Então, nós queremos agradecer ao Sr. Celso sua participação. Agradecemos...

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Só para fazer... Não sou membro da CPI...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Deputado Marcus Vicente.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - ...mas me compete, como Parlamentar do Espírito Santo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - V.Exa. é bem-vindo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - ...sou dessa região, do Município de Aracruz, e tenho o maior prazer de representar meu Estado nesta Casa.



Evidentemente, todas as questões que dizem respeito ao Espírito Santo e logicamente a todo o Brasil nos tocam, mas particularmente as da nossa região.

Eu, sobretudo como cristão, católico, tenho de dar um testemunho também. O trabalho feito pela empresa do Sr. Celso Mello é um trabalho que transcende a questão comercial. Há um trabalho social em volta disso. Eu quero dar este testemunho à CPI para que isso fique registrado. Não tenho nenhuma relação política, nenhuma relação de amizade com o Sr. Celso, mas conheço o trabalho social da empresa, o seu envolvimento com uma orquestra de jovens, crianças e adolescentes, de violinos. Eu não sou um entendido na área de música, mas já vi apresentações em várias oportunidades, com a presença inclusive do Governador do Estado na nossa região, e posso dizer do trabalho social. E quem tem trabalho social tem comprometimento com a sociedade, com o meio ambiente, com o desenvolvimento sustentado daquilo que é a matéria-prima, que faz comercialmente caminharem os seus negócios.

Então, eu estou dando meu testemunho como Parlamentar da região. Sou o Deputado mais votado no Município de Aracruz, inclusive no Distrito de Guaraná, onde há 5 mil pessoas. Eu faço parte da Pastoral Católica do Distrito de Guaraná. Quero dar aqui meu testemunho para que a CPI possa saber e, evidentemente é esse o objetivo, para que nós possamos chegar aos verdadeiros piratas que estão levando a nossa riqueza.

E essa é uma luta que eu travo. Eu acabei de entrar agora, uma hora atrás, com um pedido, um requerimento de uma CPI para verificação do abuso do poder econômico da Vale do Rio Doce no transporte logístico do Brasil, principalmente o ferroviário, e com relação à privatização, que foi um crime de lesa-pátria, porque na verdade todo o nosso subsolo, minério de ferro, manganês, ouro, bauxita são riquezas não renováveis, que vão e não voltam, está certo? Então, há uma preocupação nossa com relação à preservação, principalmente das riquezas do Brasil. E isso também, no outro ponto da verdade, por ter jurado trabalhar pelo bem do povo brasileiro, faz-me dar este testemunho, não em favor do Sr. Celso, mas em favor da comunidade de Guaraná e do Município de Aracruz, que recebe os benefícios sociais desse empreendimento comercial. Evidentemente ele tem de



estar enquadrado na legislação para que possa bem funcionar — e aí nós temos o IBAMA que é implacável nisso, tem cumprido bem o seu papel.

Este testemunho eu quis dar para que ficasse registrado nos Anais da CPI, para deixar assim o testemunho também de que nós temos empresários sérios, empresários que têm comprometimento com a comunidade, com o futuro da nossa juventude e com a sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Tenho apenas uma última pergunta ao Sr. Celso, para que fique registrado nesta CPI: peço que nos informe qual é o estoque — aqui se falou muito de toneladas; eu também não concordo, porque madeira não se mede em tonelada, e sim em metros cúbicos — médio da sua empresa. Hoje, qual seria o estoque da sua empresa em metros cúbicos de pau-brasil?

**O SR. CELSO MELLO** - Eu tenho registrados no IBAMA, hoje, 153 metros cúbicos, o que está disponível no *site* do IBAMA. E tenho esses que eu passei para a CPI, os 50 metros de que eu sou fiel depositário. Dezesete o Ministério Público já está reconhecendo que foi um erro do IBAMA, com o laudo, com o parecer do IBAMA inclusive, que eu vou então... vão ser devolvidos para mim 17 metros. Então, 153; não sei quando vão ser devolvidos esses 17, porque existe uma tramitação nisso. Eu não sei quando eles vão me devolver isso, mas seriam 153 mais os 17 que estão sendo devolvidos pelo Ministério Público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - E, apenas como uma orientação para V.Sa., eu recebi um bilhete de pessoas do IBAMA que dizem que mesmo quando se arremata em leilão — e até V.Sa. tem direito a isso — V.Sa. tem que pedir que o IBAMA lhe dê um laudo dessa madeira, para ficar mais legalizada no seu depósito. Certo?

**O SR. CELSO MELLO** - Obrigado, obrigado. Eu posso pedir. Só mais uma coisa que eu gostaria de deixar com a CPI: o cadastro junto ao Ministério do Meio Ambiente da Arcos Brasil... Não existe uma categoria de fabricação de instrumentos musicais, e nós, em contato com o pessoal de cadastro, por telefone... Porque nós temos de escolher; isso é feito pela Internet, e temos que de escolher uma das opções, e a opção que foi passada para nós pelo pessoal do cadastro é Indústria Madeireira de Fabricação de Estruturas de Madeiras e de Móveis, porque não existe



outra qualificação que se dê para quem faz arcos de violino. Então, eu gostaria de pedir que, se houvesse uma qualificação, nós tivéssemos lá e pudéssemos escolher essa fabricação no *site* do IBAMA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Concluindo, a CPI pede a V.Sa. que junte todos os laudos que tem do IBAMA do seu estoque e encaminhe para esta CPI.

**O SR. CELSO MELLO** - O.k., obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Nós queremos agradecer ao Sr. Celso a participação. V.Sa. está dispensado. V.Sa. pode permanecer lá na Secretaria por mais algum tempo, por favor?

Solicitamos à Sra. Maria Jacy de Almeida de Souza que esteja conosco aqui para prestar seu juramento a esta CPI. (*Pausa.*)

Deputado Coronel Alves, convidamos V.Exa. para assumir a Presidência da CPI neste instante. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Coronel Alves) - Registro a presença do Deputado Hamilton Casara, que é mais antigo na Comissão do que eu. Convido S.Exa. para assumir a Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Dando prosseguimento aos trabalhos, convido a Sra. Maria Jacy Almeida de Sousa a tomar assento à mesa. Solicito à Sra. Maria Jacy Almeida que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas culminadas ao crime de falso testemunho descrito no Código Penal:

*“Art. 342 Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha”.*

*“Pena: reclusão, de 1 a 3 anos, e multa”.*

Com a palavra a Sra. Maria Jacy Almeida de Sousa por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados.



**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Vou fazer uma pequena apresentação sobre o trabalho que a empresa vem fazendo a partir dos anos 70 até a data atual. Este é o histórico da empresa.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A história da Horst John começou nos anos 70 com a confecção de arcos de violino no Brasil, quando ele mandou para a Europa algumas pessoas para treinar a confecção de arcos no Brasil. Até então, a matéria-prima era apenas exportada bruta. Para iniciar a confecção de arco, ele montou uma empresa em Guaraná, Município de Aracruz, Estado do Espírito de Santo, onde a mesma funciona até hoje. Esta é a área de trabalho da empresa. *(Pausa.)* Para iniciar as atividades de confecção de arcos, ele enviou algumas pessoas para Alemanha para treinar o ofício de fazer o arco. Esta é a área. Nós já tínhamos falado, esta é a área em Guaraná, onde a empresa atualmente funciona e onde são confeccionados os arcos. No início das atividades de confecção de arcos, foi adquirida uma propriedade em Santa Rosa, com 30 hectares de terra, totalmente degradada, e começou-se o plantio de pau-brasil, consorciado com eucalipto e outras variedades de nativas, como jacarandá da Bahia, ipê, pau-ferro. Esta é a área. Hoje, é uma floresta. Esta é a área de reflorestamento. Ainda existe uma área de capoeirão que está sendo restaurada. Visando garantir o suprimento da matéria-prima, assim como a existência da espécie, o Sr. Horst John montou uma unidade, abriu um banco genético contendo todas as diferentes variedades de pau-brasil por ele encontradas, sendo atualmente o único banco de genoplasma de pau-brasil, com outras variantes morfológicas de *caesalpinia echinata* existentes no mundo com mais de 30 anos de idade. Estas são as variedades. Inclusive, ele colocou nomes para facilitar a compreensão das pessoas dessas variedades. E ele acredita que descobriu essa variedade John, da folha larga. Por isso, agregou-lhe seu nome. Esta é uma árvore de pau-brasil, com 30 anos de idade, plantada no bosque da empresa. Esta foto tem mais ou menos 3 anos que foi tirada. Visando garantir a matéria-prima, foi formado um estoque para dar suprimento à profissão até as árvores plantadas ficarem ideais para o corte. Esse estoque é totalmente legalizada pelo IBDF, órgão que, na época, gerenciava a comercialização de insumos florestais. Esta é a foto do estoque de pau-brasil. Esta é a área da floresta, área a ser manejada no futuro, consorciado o



eucalipto com o pau-brasil. Este é o exemplar das notas que nós temos. A empresa hoje, seguindo as atividades iniciadas pelo Sr. Horst John, implantou um viveiro de mudas, escrito no mapa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com registro e número, onde atualmente são produzidas 60 mil árvores de pau-brasil por ano, junto com outras espécies nativas. Esta é uma foto do viveiro. Este é o viveiro de espera. As mudas são colocadas para transferência para a floresta. A empresa também contribui para a ciência fazendo fornecimento de material botânico para algumas instituições, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, para o Dr. Haroldo Cavalcante de Lima. (O que aconteceu?) *(Pausa.)* Contribuição para a ciência, fornecimento de material botânico para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com o Dr. Haroldo Cavalcante de Lima; Fundação Oswaldo Cruz, Dra. Monika Barth; Globo Rural, várias reportagens, e dos 500 Anos do Brasil também, com Nelson Araújo. A empresa também recebe várias visitas do mundo inteiro. Essa é um exemplo, do Yang Chin do IPCI — International Pernambuco Conservation Initiative. E a IPCI-COMURNAT. O Prof. Maeda, da Universidade Rural do Rio de Janeiro. *(Pausa.)* A Horst John vem demonstrando, através do seu trabalho, que a atividade de confecção de arco de violino, quando bem planejada, pode ser usufruída no tempo presente e no futuro, garantindo assim a perpetuação da espécie da *caesalpinia echinata* e da profissão de archetaria. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Dando prosseguimento aos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Coronel Alves, para que proceda às perguntas do Relator. Com a palavra o Deputado Coronel Alves.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Parlamentares, Sra. Maria Jacy — está certa a pronúncia Jacy?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Jacy.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Está certo. Nós temos aqui a oportunidade de fazer as vezes do Relator, que é o Deputado Sarney Filho, que nos deixou aqui as perguntas para encaminhar à senhora.

Primeira pergunta: há quanto tempo V.Sa. trabalha com pau-brasil?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Diretamente, nos anos 80. Nos anos 80.



**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Dos anos 80 para cá?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Do início dos anos 80 para cá?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - No final dos anos 80.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Final dos anos 80?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Mais precisamente em 87.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Desde 87. A senhora poderia detalhar como tem sido essa atividade, além dessa sua breve explanação? A senhora poderia dar maiores detalhes?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - O senhor poderia ser mais claro?

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - A pergunta aqui, no meu entendimento, é para que a senhora pudesse dizer exatamente a atividade que a senhora está desenvolvendo lá, quando trabalha com a madeira chamada pau-brasil, que tem um nome científico. Exatamente, qual é a finalidade? Por que a senhora trabalha com a madeira?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - A finalidade...

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Exportação, comércio interior, gosta de ver as árvores? Eu estou vendo a fotografia bonita ali...

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Foi eu que fiz.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - ... da abelha.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Foto feita por mim. A finalidade da empresa é confeccionar arco de violino e reflorestamento da espécie pau-brasil.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Entre agosto de 80 e julho de 89 — isso é uma pergunta —, a sua empresa comprou 396 toneladas de pau-brasil, em 49 carregamentos, conforme atestam as cópias de documentos já de posse desta CPI. Na ocasião, os únicos fornecedores da empresa eram a Madeireira Ibirapuera Ltda. e Sinésio Ferreira Campos, ambos do Estado da Bahia. Esses fornecedores continuam em atividade?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não tenho a mínima idéia. Não sei lhe responder essa pergunta.



**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Qual é o estoque atual da empresa de V.Sa. hoje?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Atual, em torno de 42 metros cúbicos.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Quarenta e dois mil metros cúbicos.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não, 42 metros...

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Metros.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - ... cúbicos, em torno disso.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Se V.Sa. necessitar comprar madeira hoje em dia, de quem isso seria feito? A senhora teria um outro fornecedor, conhece alguém que está fornecendo?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - A minha idéia, hoje, é não comprar. O meu pensamento é: enquanto eu tiver um estoque de madeira, esse estoque que temos até hoje...

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Quarenta e dois?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Isso. Terminou esse estoque eu não vou mais trabalhar com confecção de arco de violino. Desejo trabalhar com reflorestamento somente.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Reflorestamento?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Isso. Ou poderia usar as árvores, caso continue com essa atividade, poderia usar as árvores que plantamos, que hoje está em torno de 30 anos, 15 anos. A mais velha tem 35 anos.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - O nome da sua empresa, por que a senhora escolheu esse nome? Uma curiosidade.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Horst John e Companhia Ltda. é o nome do fundador da empresa.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Ele ainda é vivo?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não, ele morreu em 1997.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Já é falecido?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Já é falecido.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Já está florestando lá no céu, com certeza, plantando alguma coisa de boa lá.



**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - A sua empresa foi a única que não foi autuada em 2002 pelo IBAMA, em operação indicada pela anterior CPI nesta Casa. No entanto, no relatório da CPI anterior, a empresa de V.Sa. foi indicada para ser investigada pelo Ministério Público. Sabe por que motivo ocorreu essa indicação? A senhora poderia nos dizer?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Eu estou sabendo agora. Nunca fiquei sabendo dessa informação. Estou sabendo agora.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Anteriormente, a senhora não tinha conhecimento de que o Ministério Público recebeu a indicação para que a senhora pudesse ser investigada?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Numa CPI anterior.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - É a primeira oportunidade que a senhora vem aqui conosco?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Primeira.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Na outra a senhora não veio?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não fui convocada.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Desconhece, portanto?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Desconheço.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - A senhora foi investigada?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Sim, recebemos a visita do IBAMA, fez todo o controle do estoque, de tudo o que nós temos, inclusive contaram até o pó do pau-brasil. Nós guardamos tudo o que sobra do que a gente confecciona a gente guarda. E no cálculo que o IBAMA fez e de acordo com as notas ATPF que temos, bateu o estoque com o que a gente tem.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Tudo dentro da legalidade?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Tudo dentro da legalidade.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - E o Ministério Público investigou a senhora? A senhora tem conhecimento?



**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não, que eu tenha conhecimento...

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Se foi uma investigação, a senhora não tem conhecimento.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Nunca foi citada, nunca foi chamada?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Nunca soube. Nunca.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - O.k.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Naturalmente, se tivessem me convocado eu teria vindo.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Esta CPI foi informada que um cidadão belga, Pierre, a senhora conhece algum Pierre?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Já ouvi falar.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Não conhece pessoalmente?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Conhece o nome todo dele?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Pierre Guillaume. Chamam ele de Guillaume.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Como ele é conhecido?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Como *bowmaker*, fazedor de arco.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Ele é proprietário de alguma empresa de instrumentos musicais? A senhora conhece?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Fiquei sabendo, há pouco tempo, que ele é sócio de uma empresa lá em Guaraná, onde a Horst John é situada.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - A senhora lembra do nome da empresa?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Archets, alguma coisa assim.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Archets Instrumentos, alguma coisa assim? Instrumentos musicais, é isso?



**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Confirma esse nome? É esse o nome?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Acho que sim.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Uma microempresa, uma grande empresa? A senhora sabe dizer?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Olha, o prédio é grande.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - O prédio é grande?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - É.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Fica lá mesmo no Município de Guaraná?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - De Guaraná, Município de Guaraná.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Esse cidadão é tido como um dos principais contrabandistas de pau-brasil *in natura* para a China e a Europa. Esta CPI também foi informada que ele é parceiro, investidor financeiro de Celso Mello, nome interessante, que no Programa Pau-Brasil é o representante brasileiro na IPCI... aqui devem ser siglas...

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Deve ser COMURNAT.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - É isso aí, e sócio de Floriano na empresa Arcos Brasil. A senhora tem conhecimento disso?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Que ele é sócio do Floriano, sim.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - A senhora sabe que ele é sócio?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Bom, até quando a minha empresa, a Horst John, fazia parte da ABA — Associação de Archetaria, ele era sócio, porque foi fornecido documento de todas as empresas para fazer o estatuto da ABA.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - A senhora tem conhecimento, do ponto de vista legal, que ele é sócio ou a senhora supõe que ele é sócio? A senhora viu alguma...

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Atualmente, eu suponho.



**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - A senhora supõe, mas ele já foi sócio?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Já foi sócio.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Tem uma documentação firmada na Junta Comercial: eu e a Dona Maria Jacy Almeida de Souza somos sócios — um exemplo que estou colocando. Já foram sócios, a senhora não sabe se eles continuam.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Já foram sócios.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - A senhora poderia declinar o nome dos 2 ex-vendedores da Vivace Indústria e Comércio Ltda. estabelecidos em Guarapari, Espírito Santo, que juntamente com o Pierre compram a produção de fundo de quintal de arcos de violino em Guaraná e região? A senhora poderia me dizer alguma coisa sobre isso? Declinar os 2 ex-vendedores que, juntamente com o Pierre, compraram a produção?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Se ele faz algum contanto com Pierre, eu não sei, mas ele... Eu fiz uma exposição nos Estados Unidos, em novembro do ano passado, e essas pessoas me visitaram, dizendo que eram ex-vendedores da empresa Vivace.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Mas essas pessoas quem? A senhora teria os nomes? Poderia decliná-los?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Eu não sei o sobrenome.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Mas... Um nome e já começamos a conversar.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Acredito que um seja Jorge.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Jorge. Acredita.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - E o outro eu não sei, não me lembro.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Mas tem conhecimento de que outras duas pessoas estavam, através da Vivace Indústria e Comércio Ltda...

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Eu conheci quando eles estavam saindo...



**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - ...que juntamente com Pierre Archetier estavam comprando a produção. A senhor sabe dessa...

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não. Dessa informação, não. Porque essas pessoas que trabalham, trabalham em Guaraná. Guaraná é muito pequeno. Então, o que eu sei é o que falam, porque as pessoas falam, o povo fala. E povo não tem nome. Então, eu não posso lhe afirmar que ele faz. Eu não vi nenhum documento, eu não vi ninguém dando ou recebendo dinheiro, dando arco e recebendo dinheiro deles.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Mas o povo comenta que há sim.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Comenta que tem, que existe essa...

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Há um provérbio antigo que diz que o povo aumenta, mas não inventa.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - É uma questão de investigar.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - De investigação. Concordo com a senhora também. Quem é o fornecedor da matéria-prima para essa produção e qual o destino desses arcos, dentro de todo esse contexto que nós conversamos?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Eu acredito que seja a maior parte vendida para os Estados Unidos.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Estados Unidos?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - É.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Nós temos informações que é a Europa e a China. Agora começou os Estados Unidos também. E o destino deles seria os Estados Unidos? Fornecedor.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Eu disse: eu acredito. Eu não estou dizendo, não estou lhe afirmando que é.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Acredita, entendi. A senhora não está afirmando. Eu entendi. Está bem claro. Com relação ao fornecedor da matéria-prima, quem seriam os fornecedores dessa matéria-prima para esses arcos e material, enfim, a matéria-prima a ser exportada, contrabandeada? Quais seriam?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Como eu lhe falei, Guaraná, local onde minha empresa é localizada, é pequeno e o que sei é o que



falam. Eu ouvi falar que essa matéria-prima é fornecida ali dentro mesmo de Guaraná.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Pelos próprios moradores, portanto? Seria isso? Eles é que trabalham?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Deve ter alguém fornecendo, alguém que trabalhe com madeira, alguém...

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Para que eu possa entender mais a sua resposta e tentar até auxiliá-la — entenda que é esse o meu intuito, de fazermos um diálogo aqui: a região de Guaraná, ela tem bastante árvores do pau-brasil ou outras...

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Já teve.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Já teve?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Já teve no passado.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - E hoje já não tem mais?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Mais nada.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Ela gira, a economia do Município, em torno disso, de madeira e extração de madeira?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Eu acredito que é eucalipto. A maior plantação de eucalipto do Brasil é no Estado do Espírito Santo. E a Celulose está localizada em Aracruz, e Guaraná pertence a Aracruz.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Já é dentro de outro Município, de Aracruz? Aracruz é um Município?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Aracruz, é.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - É maior. Então, Guaraná é uma vila, um distrito?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Isso. Um distrito.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Eu estava entendendo que Guaraná fosse um Município. Então ele está dentro de Aracruz. O.k.

Sr. Presidente, as perguntas que foram formuladas pelo nobre Relator Deputado Sarney Filho foram realizadas e cumprida sua determinação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Obrigado, Deputado Coronel Alves. Só para registro, Aracruz realmente é o maior banco de



germoplasma de eucalipto que se tem na... Bem, dando prosseguimento, nós faremos, Dona Jacy... Eu pergunto se o Deputado Dr. Rosinha gostaria de fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Eu cheguei neste momento e sei mais ou menos do que está se tratando. Então, eu gostaria de fazer uma pergunta bem curta e grossa. A senhora tem conhecimento se o Sr. Pierre é contrabandista ou não?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Até o momento, contrabandista... Eu não posso falar: *"Ah! Você é contrabandista"*. Eu não teria essa resposta para lhe dizer. Às vezes a gente pensa que alguém faz uma coisa, mas você não tem provas. Até que ponto, o que quer dizer contrabandista?

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Ele foi investigado já como contrabandista ou não?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não tenho essa informação. Não estou informada disso.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Ele tem fama na região de ser contrabandista?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Ele tem fama na região de ter essa empresa, que inclusive é uma empresa que chama muita atenção por causa do prédio, que é grande e que é cor de abóbora; é uma cor bem...

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Cheguei.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - ... cheguei.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** - Obrigado, senhora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Obrigado, Deputado Dr. Rosinha. Sra. Jacy, dando continuidade, vamos fazer algumas perguntas formuladas pelo Deputado Mendes Thame, Presidente desta CPI. A Horst John era associada da Associação Brasileira de Archetários, até 23/12/2004, data em que V.S<sup>a</sup> solicitou desligamento, alegando discordar dos rumos tomados pela entidade. Quais foram os verdadeiros motivos desse desligamento? E se V.S<sup>a</sup> acredita que a ABA ainda representa as empresas archetárias do Brasil.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Eu falei *"eu acredito"*? Eu acho que eu não falei *"eu acredito"*.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Não, eu estou perguntando.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Bom, até então, eu sabia que não existia mais ABA, porque a ABA era formada por 4 empresas e, no meu entender, na informação que eu tenho, 3 empresas saíram. E para uma associação continuar, teria que ter no mínimo 2 sócios, ficou um só. Então, eu entendi que não teria mais a associação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Muito obrigado. A próxima pergunta: esta CPI entende, pela forma como são exportados os produtos oriundos do pau-brasil, que existe evasão total de divisas. O que V.S<sup>a</sup> considera que seria legal e o que seria ilegal no ciclo completo do pau-brasil desde a extração até a exportação? Qual seria a solução para combater a evasão fiscal?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Eu acho que teria que ter um controle de estoques de todas as empresas que trabalham com o pau-brasil, uma cobrança maior do IBAMA para essas empresas. Acredito que teria que ter uma fiscalização maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Muito obrigado. A próxima pergunta: V.S<sup>a</sup> conhece as seguintes empresas físicas e jurídicas como usuárias legais do pau-brasil? Em caso afirmativo, que informações V.S<sup>a</sup> tem sobre elas? Vou citá-las: Comercial Rofri, de Guaraná; Pau-Brasil Imperial, de Eunápolis, Bahia; Serraria Luferpero, de Guaraná; LFP, de Guaraná; Paulo Soares, de Jacupemba, no Espírito Santo; Tarcísio Fringini, de Guaraná. A senhora prefere que eu faça uma a uma?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Eu acho que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Perfeito.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Seria melhor pra mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Eu vou deixar para o final essa pergunta, porque ela é extensa. A próxima pergunta, Sra. Jacy: esta CPI tem conhecimento de que todo o material produzido por empresas archetárias é exportado mediante a utilização do serviço Exporta Fácil, dos Correios. V.Sa. poderia explicar como isso é feito? O conteúdo é vistoriado pelos Correios ou é



aceito pela mera declaração do exportador? O material tem de ser acompanhado de algum documento fiscal?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Bom, eu vou dar o exemplo da minha empresa. Eu não tenho conhecimento das outras empresas, como elas fazem a exportação dos seus produtos, mas eu utilizo o Exporta Fácil, Correios com o Banco do Brasil. O Exporta Fácil é cada remessa que você pode fazer, até 10 mil. Era até 10 mil, agora foi ampliado para 20 mil dólares. E é um sistema muito simples, conveniados Correios e Banco do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - D. Jacy, considerando — eu já passo o convite ao Presidente e ao Relator — que a senhora fez o deslocamento longo e considerando a condição da sua passagem aqui, nós gostaríamos de consultar se V.Sa. gostaria de acrescentar algumas informações a mais a esta CPI em caráter reservado.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Acredito que não seja necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - O.k. Eu convido o Presidente Mendes Thame, que...

Dando prosseguimento, já registrando a presença do Deputado Sarney Filho e do Deputado Mendes Thame, Sra. Jacy, vou fazer a pergunta de algumas empresas, relacionando uma a uma, para ver se a senhora conhece alguma, se V.Sa. conhece alguma destas empresas jurídicas — essas empresas são jurídicas: Comercial Rofri Ltda., de Guaraná.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não conheço. E Guaraná, Guaraná é pequenininho, mas existem várias serrarias em Guaraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Isso. E se a senhora as conhece...

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Por nome, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - ... e se terá sobre elas algumas informações que serão importantes a esta CPI. Brasil Imperial Comércio de Madeiras Ltda., de Eunápolis, na Bahia.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Nunca ouvi falar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Serraria Luferpero, de Guaraná, no Espírito Santo.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Poderia repetir, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Serraria Luferpero, de Guaraná, Espírito Santo.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Nunca ouvi falar também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - LFP Rochemback, de Guaraná também, no Espírito Santo.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Também não. Me desculpe, mas eu nunca ouvi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Paulo Soares Buzatto, de Jacupemba, no Espírito Santo.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Buzatto, sim. É uma família que mora lá em Guaraná. Inclusive, a família faz arcos. São ex-funcionários... um deles, 2 deles, inclusive, são ex-funcionários da Horst John.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Tarcísio Fringini, de Guaraná, no Espírito Santo.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Olha, Tarcísio, eu fiquei conhecendo ele há pouco tempo, mais ou menos um mês — menos de um mês. Conhecendo o nome dele, que ele mora em Guaraná e que trabalha em Guaraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - A intenção dessas perguntas é se a senhora tem alguma informação a acrescentar quanto à questão do uso do pau-brasil.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Eu fiquei sabendo que ele tem uma serraria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Carlos Alberto Borlini, de Guaraná, Espírito Santo.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Ele eu conheço. Ele é dono do posto de gasolina, o único posto de gasolina de Guaraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Pierre, de Guaraná. Pierre.



**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - O Pierre, pelo que eu fiquei sabendo, há pouco tempo também, ele é sócio dessa empresa Aché, Archets, alguma coisa assim. Sócio de um brasileiro que reside lá em Guaraná. É o tal prédio que chama a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Claudiano Lozer, de Guaraná, Espírito Santo.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Sim, eu conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - A senhora tem alguma informação, alguma coisa? A senhora tem alguma informação a acrescentar sobre ele?

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Ele é fazedor de arco, faz arco em sua residência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Archets Brasil Instrumentos Musicais Ltda., também de Guaraná, Espírito Santo.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - É, é essa a tal empresa que esse brasileiro de Guaraná tem sociedade com o Pierre Guillaume, que eu fiquei sabendo há pouco tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Madeiras Corcovado Ltda., de Serra, no Estado do Espírito Santo.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Nunca ouvi falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Argos Comércio Importação e Exportação de Instrumentos Musicais Ltda., de Guaraná, Espírito Santo.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - O senhor poderia repetir essa última? Árvores?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Argos Comércio Importação e Exportação de Instrumentos Musicais Ltda.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não, nunca ouvi. Nunca ouvi. Veja bem, como eu já falei, Guaraná é muito pequeno e a nossa empresa foi a primeira empresa no Brasil, em Guaraná, situada lá em Guaraná. Então, a gente vive praticamente ilhado. É por isso que eu conheço essas pessoas, que inclusive são ex-funcionários da empresa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - A próxima: a Folman, de Maiaporã, Estado de São Paulo, Mairiporã, Estado de São Paulo.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Poderia repetir, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Folman.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Bom, a Folman eu fiquei conhecendo há pouco tempo. Fiz uma pesquisa na Internet, coloquei assim: "pau-brasil", e me veio uma empresa de São Paulo que vende pau-brasil, jacarandá, mogno, todas as espécies nativas que são proibidas. Que eu saiba, são proibidas a venda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Está bom. A próxima: Verter Miguel Schmitel, de Guaraná também.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Não entendi a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - O Verter Miguel.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - O Verter é ex-funcionário da Horst John.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Valdeci Soares Siqueira Ribeiro.

**A SRA. MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA** - Também ex-funcionário da.... Veja bem, a maioria das pessoas que trabalham atualmente são pessoas que têm empresas individuais. A maioria foi funcionário da empresa, porque tudo começou na Horst John. Então, como são ex-funcionários, fica fácil para mim identificá-los, a maioria deles. Seria até inconveniente da minha parte eu falar "não conheço".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Sra. Jacy, encerradas as perguntas, agradecemos a sua participação. Consulto os Srs. Deputados se gostariam de fazer uso da palavra ou perguntar alguma coisa à depoente. *(Pausa.)*

Dando prosseguimento aos trabalhos, agradecemos a presença da Sra. Jacy e suas informações e, neste momento, passamos a palavra ao Presidente, Deputado Mendes Thame.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ordem do Dia. Temos aqui o Requerimento nº 152, de minha autoria. *(Pausa.)*

Primeiramente, vamos apreciar os outros.



Segundo requerimento da pauta: Requerimento nº 153, de 2005, do Sr. Sarney Filho, que requer sejam convocadas a prestar depoimento perante esta CPI, como testemunhas, as seguintes pessoas: Sr. Valdeci José Siqueira Ribeiro, sócio-proprietário da Archets Brasil Instrumentos Musicais, em Guaraná, Aracruz, Espírito Santo; Sr. Luiz Gonzaga Batista, proprietário da Brasil Imperial Comércio de Madeiras Ltda., em Eunápolis, Bahia; Sr. Paulo Soares Buzatto, proprietário da PS Buzatto, em Jacupemba, Espírito Santo; e Sr. Fernando Rockembach, proprietário da Serraria Luferpero, em Guaraná, Aracruz, Espírito Santo.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, esses requerimentos e essas convocações são necessárias justamente para que possamos concluir a questão que diz respeito ao uso de pau-brasil para instrumentos musicais. Com essas convocações — e não necessariamente faremos de todos —, a CPI fica com a condição de poder, a seu interesse, requisitar a palavra, convocar qualquer um desses que está sendo aprovado hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, por gentileza, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 154, de 2005, do Deputado Sarney Filho, que solicita à SOS Fauna informações sobre o tráfico de animais.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, a SOS Fauna é uma das mais importantes ONGs do Brasil, talvez até do mundo, no que diz respeito ao tráfico de animais silvestres. Ela tem uma atuação muito forte no Estado de São Paulo e tem relações inclusive com outras ONGs internacionais no que diz respeito à recuperação de animais que são pegos em cativeiros. É uma ONG respeitadíssima, respeitabilíssima.

Já adianto o próximo requerimento, que solicita informações à RENCTAS, que também é a ONG mais premiada do Brasil nesse aspecto e recebeu, ano



retrasado, um prêmio da ONU. São 2 ONGs que poderão, por meio dessas informações, aperfeiçoar o nosso relatório no que diz respeito ao tráfico de animais silvestres.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 155, de 2005, do Deputado Sarney Filho, que solicita à RENCTAS informações sobre o tráfico de animais.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Eu já justifiquei, é dentro do mesmo sentido da SOS Fauna.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É no mesmo sentido?

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para registrar que, na próxima reunião, iremos fazer um requerimento convocando os representantes dos laboratórios multinacionais que têm filiais aqui no Brasil já que, logo no começo desta CPI, nós oficiamos a esses laboratórios perguntando se eles tinham conhecimento se qualquer um dos produtos fabricados por eles tinham elementos da nossa fauna ou da nossa flora e nenhum desses laboratórios respondeu a nossa pergunta. Nesse caso, acho que temos a obrigação de convocar esses representantes — diretores, presidentes, vice-presidentes, eu não sei, mas a nossa competente consultoria vai certamente encontrar — para que possam, já que nos omitiram uma informação pedida, nos explicar pessoalmente sobre esses pedidos.



Então, é só para adiantar desde já, Sr. Presidente. Gostaria de dizer também que, conforme conversas com membros da Comissão e com V.Exa., vamos tornar público, agora vamos, nos trabalhos da CPI, nos dedicar a estas 2 outras vertentes da nossa CPI, que é justamente o tráfico de animais silvestres e a biopirataria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Solicito ao Deputado Casara que assuma a Presidência, para que eu possa defender um requerimento de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Requerimento nº 152, de 2005, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que requer a realização de diligência no Estado de São Paulo.

Com a palavra o Deputado Mendes Thame, para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Sras. e Srs. Deputados, entramos com esse requerimento que submetemos à análise e consideração dos Deputados desta CPI no sentido de autorizar a realização de uma diligência no Estado de São Paulo que visa, em conjunto com a Polícia Federal, vistoriar ou até detectar denúncias relacionadas com pontos de tráfico de animais silvestres vivos. E é nesse sentido que nós submetemos essa solicitação para que possamos realizar essa diligência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hamilton Casara) - Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*

Aprovado.

Agradecemos às testemunhas, aos Srs. Parlamentares, aos assessores e demais presentes a participação.

Vou encerrar a presente reunião, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 16 de novembro, às 14h30, neste mesmo plenário.

Está encerrada a reunião.